

MAPEAMENTO E ANÁLISE DO CONCEITO “CONSCIENTIZAÇÃO” EM PAULO FREIRE ✓

170

Mauro Sérgio de Carvalho TOMAZ¹

✓ Artigo recebido em 24/01/2019 e aprovado em 13/05/2019.

¹ Mestre em Educação (Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) pela Universidade Federal de São João del-Rei, licenciado e bacharel em Filosofia pela mesma universidade (2012-2015). Professor de Filosofia da rede estadual de ensino de Minas Gerais. E-mail: <msctomaz@hotmail.com >.

**MAPEAMENTO E ANÁLISE DO
CONCEITO “CONSCIENTIZAÇÃO” EM
PAULO FREIRE****MAPPING AND ANALYSIS OF THE
CONCEPT “CONSCIENTIZAÇÃO” IN
PAULO FREIRE****RESUMO**

Fizemos uma análise do conceito de **conscientização** em diversas obras relativamente desconhecidas de Paulo Freire, muitas delas não foram nem traduzidas para o português, a fim de averiguar, na multiplicidade de definições que encontramos, qual é o ponto comum em todas elas. Ao dizer isso, afirmamos o caráter de coerência que estas significações mantêm entre si. Isso facilita nossa compreensão de outras obras do autor e de seu pensamento como um todo, como é o caso de **Pedagogia do Oprimido** e **Pedagogia da Autonomia**. Próximo de nossas conclusões, apresentamos quatro aspectos fundamentais em que as nove definições que analisamos gravitam. Após encontrar este fundamento comum, tecemos uma crítica sobre ele analisando os dois pilares em que ele se estabelece: a saber, a fenomenologia e o marxismo. O primeiro, acreditamos ser gerador de novas interpretações, preenche de sentido; enquanto o outro é obsoleto, questionável e caracteriza o que há de mais problemático no que diz respeito à aplicação efetiva das ideias de Freire.

Palavras-chave: Conscientização.
Libertação. Educação. Crítica.

ABSTRACT

We assessed the concept of “conscientização” that exists in some works relatively unknown of Brazilian’s educator Paulo Freire. Our objective is examine, in the multiplicity of definitions that we found, what is the aspect that unify all of them. This will make easier our comprehension of author’s other books and of his thought as a whole. Being found this common basis, we will build a criticism about it, assessing the two pillars in which it establishes itself, pointing that one of them it is a fountain of new interpretations, while the other is obsolete and questionable.

Keywords: Paulo Freire. “Conscientização”.
Freedom/liberty. Education. Criticism.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todos nós estamos envolvidos em um processo permanente de conscientização, em tantos seres pensantes em relação dialética com uma realidade objetiva sobre a qual atuamos. O que varia no tempo e no espaço são os conteúdos, os métodos e os objetivos da conscientização. Sua fonte original é aquele ponto longínquo no tempo que Teilhard de Chardin denomina “hominização”, quando os seres humanos vieram a ser capazes de revelar sua realidade ativa, conhecendo-a e compreendendo o que conheciam (FREIRE, 1990, p. 169, aspas no original).

172

Quase como um jargão do bombardeio propagandístico e da ditadura do **politicamente correto** que sofre hoje a sociedade brasileira, o conceito **conscientização** faz parte do vocabulário desde o padre ao lavrador, do professor ao policial, do empresário ao **colaborador**. É preciso votar com consciência, utilizar os recursos naturais com consciência. Conscientizar-se, no mundo mercadológico, é comprar de uma empresa que se preocupa com o meio ambiente, que faz trabalhos sociais, que patrocina eventos culturais. No caso das relações de trabalho, é também **contribuir para o crescimento da empresa**. É reconhecer, na religião, que a natureza humana é naturalmente má e pecadora e que só o sacrifício de Cristo nos fornece a graça da salvação. É saber dosar a publicidade do privado nas redes sociais e ensinar aos filhos que dividir multiplica.

Essa enxurrada de definições e a multiplicidade de significações mostram o quanto o termo faz parte de nossa vida cotidiana. Na maioria das vezes, ele é apenas palavra, apenas sonoridade. Um vocábulo da moda e nada mais. No entanto, sua significação profunda merece nossa atenção, pois procura explicar as relações extremamente complexas do homem consigo mesmo e com os seus companheiros de existência na busca de uma sociedade justa e de uma individualidade saudável, vacinada contra o gregarismo vicioso de nossos dias. Falamos, portanto, de conscientização como um esforço formativo, definidor, educacional, mas não de uma **questão formal**, não da escola, nem da universidade, embora estas instituições tenham caráter fundamental nesse processo. Conscientização, no sentido que discutimos, está para a moral, assim como a educação está para a vida.

Um dos intelectuais mais famosos de nosso país, o professor Paulo Freire, transformou o conceito de **conscientização** em uma verdadeira arma para a libertação. O termo é tão presente e tão importante em seus escritos que até se acreditou que ele tivesse sido seu criador. Entretanto, o recifense esclarece que a cunhagem deste termo está ligada aos estudos de Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos e às reflexões realizadas no Instituto Superior de Estudos do Brasil (ISEB). O equívoco comum se deve ao fato de que o próprio Freire reconhece que este termo é “um *conceito central* em minhas ideias sobre educação” (FREIRE, 1979, p. 73, *in* TORRES, 2014, itálicos no original). Sendo ele, talvez atrás somente de Dom Helder Câmara, o maior divulgador da ideia. Por vezes, nos parece, este termo se apresenta simplesmente como “ação cultural para a libertação/liberdade” ou “processo de clarificação ideológica” (idem, p. 182): é o que fica claro no título e subtítulo de um de seus livros: **Conscientização: teoria e prática da libertação** (1979). Eis portanto, em poucas palavras, o que o recifense compreende pelo termo.

Nosso trabalho neste artigo é mapear em diversas obras, muitas delas pouquíssimo conhecidas, as definições que Freire fornece para o conceito e analisar estas definições a partir de uma perspectiva intimista de sua obra. O objetivo é perceber o que há de comum na multiplicidade de definições que encontraremos, pois isso contribuirá para a melhor compreensão da proposta político-educacional de Paulo Freire e nos permitirá compreender se ela de fato é viável, se precisa de atualização ou merece ser descartada. A postura do pesquisador, ensinou o próprio Freire, deve ser sempre de criticidade, como um predador que se acerca da presa ao mesmo tempo totalmente concentrado no alvo e atento ao seu redor. Desse modo, nossa tarefa é fazer uma investida crítica nestas obras em busca das definições deste conceito sem nos deixar levar por nenhum romantismo encomiástico de forte dramaticidade e religiosidade que entulham muitos dos estudos atuais sobre os livros de Paulo Freire.

Antes de iniciarmos é preciso dizer ainda que não apresentamos as definições a seguir como individuais, isoladas ou distintas, mas como diferentes no sentido de complementares.

2 MAPEANDO, DEFININDO E ANALISANDO O CONCEITO

Uma primeira definição do conceito encontramos no texto **Conscientizar para libertar: noções sobre a palavra conscientização**, a mesma que podemos ler em **Conscientização: teoria e prática da libertação** (FREIRE, 1979, p. 15). Naquele livro lemos o seguinte:

A conscientização implica a substituição da esfera espontânea de apreensão da realidade por uma esfera crítica em que a realidade se apresenta, agora, como um objeto cognoscível em que o homem assume uma posição epistemológica, em que o homem busca conhecer. A *conscientização* é, assim, o teste de ambiente, da realidade. Quanto mais alguém se conscientiza, mais desvela a realidade, mais penetra na essência fenomênica do objeto a ser analisado (Idem, p. 76, itálicos no original).

Há duas coisas que podemos perceber neste primeiro momento: a) a influência da leitura de alguns fenomenólogos como Husserl, Jaspers e Ortega y Gasset na escrita do brasileiro e b) a presença da concepção que sabemos ter sido desenvolvida em **Educação e atualidade brasileira** que distingue a consciência intransitiva, que aqui ele chama de **esfera espontânea de apreensão da realidade**, da consciência transitivo-crítica, cuja citação acima refere como **posição epistemológica**. Isso também nos leva a duas suposições iniciais: a) que Freire compartilha leituras e influências advindas da fenomenologia, embora suas ideias não estejam restritas a este campo e b) que embora o termo **conscientização** não se confunda com a ideia de “consciência de” da fenomenologia, Freire parte dela e a atualiza, pois atribui à conscientização a necessidade não só do distanciamento, que em suas obras por vezes aparece como **ad-mirar**, mas também da atuação direta no mundo.

Além disso, o termo que ora analisamos, em Freire, está intimamente ligado a outro conceito que é o de **utopia**, que por vezes ele também chama de “viabilidade histórica” (idem, p. 179). Em poucas palavras, ao contrário da ideia comum que se tem de utopia e que fora estabelecida em grande medida por Thomas Morus em seu livro homônimo, para o recifense, ser utópico é ter esperança ativa na realização da

libertação por meio dos atos de anúncio (como projeto) e de denúncia (como reconhecimento de algo problemático). Para ele, todo revolucionário é utópico e profético. Seus exemplos são Marx e Guevara. A relação conscientização/utopia fica clara nos seguintes trechos: “quanto mais conscientizados estamos, tanto mais somos anunciadores e denunciadores, pelo compromisso de transformação que assumimos” (FREIRE, p. 77, *in* TORRES, 2014) e “o processo de conscientização é, em si, um processo utópico” (*idem*, p. 92).

Como se dá o processo de conscientização?, pergunta-se o brasileiro. Ele mesmo responde ao dizer que a conscientização só pode ocorrer se se utiliza da **educação como instrumento de libertação** ao invés de se valer dela como “instrumento de dominação” (*Idem*, p. 78). É o mesmo argumento que encontramos em **O processo de alfabetização política**, com a diferença que Freire vai reconhecer nesse texto que “não que por si só a educação possa libertar o homem, mas ela contribui para esta libertação ao conduzir os homens a adotar uma atitude crítica frente a seu meio” (FREIRE, 1981, p. 72). Assim, percebemos que **o ponto central da conscientização** ou a sua mais completa significação, em Freire, não é somente concentrar-se em identificar a realidade, mas alterá-la, transformá-la, pois “para a consciência oprimida [...] não há nada a fazer para além da situação-limite” (FREIRE, p. 80, *in* TORRES, 2014). Isso também ocorre pelo fato de que Freire reconhece que “toda transformação radical e profunda de um sistema educativo só pode produzir-se (e então, inclusive, não automática nem mecanicamente) quando a sociedade mesma se encontrar também radicalmente transformada” (FREIRE, 1990, p. 168). Ora, basta ter olhos para ver que uma mudança educativa, no visar de Freire, necessita, com todo o peso dessa palavra, que exista previamente uma mudança da sociedade; mudança essa que se faz, o sabemos, somente através do engajamento político, que, por sua vez, no pensamento de Freire, significa tomar parte na luta da classe oprimida contra a opressora. Note-se bem que este é o cerne da proposta freiriana da **Pedagogia do oprimido**, qual seja, transformar a educação através da transformação política e não o contrário, pois políticos são seus objetivos, como ele próprio diz em **La naturaleza política de la educación** (1990, p. 168). Chamamos atenção para a utilização deste termo, **natureza**, no título do livro. A escolha deste vocábulo não é leviana.

Poderíamos dizer, com base no que sabemos até agora em nosso trabalho de definição do conceito, que para Freire é preciso que o homem se reconheça não só **em** uma determinada realidade, mas **com** ela, sem ignorar que essa situação complementa seu ser no mundo, pois somente através da transformação da realidade é que o homem pode **ser mais**, pode ser si mesmo. Este é o mesmíssimo significado do pensamento fundante do pensamento do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, magistralmente exemplificado na obra **Meditaciones del Quijote**. Ali ele nos diz que eu só me constituo como **eu**, como humano, a partir do momento em que me vejo em uma circunstância, em um tempo-espço delimitado, que reconheço que esta realidade é de mim inseparável e que preciso transformá-la para realizar a minha vocação, o chamado de meu núcleo insubornável, aquilo que sou em meu ser autêntico. Embora a ideia e seu modo de realização em ambos os pensadores sejam idênticos, não ignoramos que tanto o objetivo quanto o fundamento desta mesma ideia sejam distintos. Esse comentário merece lugar, pois nossas pesquisas anteriores apontaram que a filosofia orteguiana exerce influência notável no pensamento de Paulo Freire.

No que foi dito anteriormente, nota-se que conscientização, para Freire, visa a libertação política através do combate ao medo da liberdade, tão característico, acreditava ele, da **práxis** opressora. É o medo da liberdade muitas vezes o responsável pelo **cruzar de braços** dos homens diante da sua realidade, aquilo que Kant chamava de **covardia e preguiça** ou **menoridade**. Por isso, Freire reconhece que a conscientização é um parto doloroso, pois “implica, também, um momento perturbador, tremendamente perturbador, no ser que começa a se conscientizar, momento em que o ser começa a *renascer*. Porque a conscientização exige morrer para nascer de novo” (FREIRE, p. 81, *in* TORRES, 2014, *itálico no original*).

Em uma palestra ministrada em Cuernavaca, em 1971, sob o título **Desmitificação da conscientização**, Paulo Freire reconhece três modos distintos e deturpados de compreensão da palavra **conscientização** e de sua realidade no mundo com os homens. A mesma ideia encontramos analisada no último capítulo do livro **La naturaleza política de la educación**. O primeiro deles acredita que “conscientizar”, ao contrário de um conceito científico é uma ideia mágica, ou pelo menos, somente psicológica, que serviria como alívio emocional para certos grupos

de pessoas. O segundo, para Freire, continua ainda nessa perspectiva **mágica** do conceito, pois acredita que basta a divulgação da ideia para que ela, por si só, realize “a transformação revolucionária” (ibidem). Este modo é considerado pelo autor como objetivista. O terceiro e último modo que o brasileiro analisa como sendo responsável por uma deturpação da ideia de conscientização é aquele que acredita no poder “conciliador” do termo: é o idealista. Vejamos como Freire o define:

Essa problemática acontece a partir das *soluções conciliatórias*: esses grupos são eminentemente cristãos, mitologizados por ilusões idealistas, entre as quais a ilusão de que *é possível transformar o homem sem transformar o mundo*, é possível humanizar e libertar os homens deixando, entretanto, intocável, virgem, a realidade social que proíbe que os homens sejam. Essas pessoas correm ávidas, gulosas, inquietas, ansiosas e felizes aos centros de conscientização para serem saciadas com a palavra salvadora que vai evitar a luta de classes (ibidem, itálicos no original).

Esses modos são também o que ele chama de **ações de aspirina**, praticados por pessoas que “no fundo, são iludidas, são ideologizadas pela estrutura de dominação sem o saberem” (FREIRE, p. 85, in TORRES, 2014). Estas mesmas ideias - “ação aspirina” e “é ilusão transformar o coração dos homens e das mulheres, deixando virgens e intocáveis as estruturas sociais” (FREIRE, 1978, p. 12) - encontramos em um pequeno livro de 1978, cujo sugestivo título, **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**, nos parece ser uma referência ao famoso chamado de Jesus em Mateus 11, 28. O que percebemos, então, nessa crítica que Freire endereça às pessoas que compreendem a conscientização de modo **deturpado** ou **falso** é a afirmação do que já expomos anteriormente: de que não basta o homem viver alienado de sua realidade, sem ter em mente que é preciso transformá-la para que ele possa realizar-se plenamente como ser, como humano. Ao contrário, para as pessoas que defendem uma conscientização **conciliadora**, como diz Freire, “a conscientização aparece como um instrumento de *ênfase* do masoquismo; isto é, em nome do amor, eu preciso me tornar masoquista para amar a própria *estrutura que me faz não ser*, esperando que, com minha paciência, eu venha um dia a gozar o céu” (FREIRE, p. 85, in TORRES, 2014, itálicos no original).

Ao contrapor essa perspectiva **falsa**, encontramos uma segunda definição do conceito no pensamento de Freire e que, além desse texto que vimos analisando,

está presente também nos livros **Conscientização: teoria e prática da libertação** (1979, p. 15) e **La naturaleza política de la educación: cultura, poder y liberación** (1990, p. 87). Aqui ele considera **conscientização**

[...] como a base fundamental de um processo de educação libertadora, considerando a conscientização como um *esforço dialético de compreensão* entre a subjetividade e a objetividade ou, em outras palavras, entre consciência e mundo, ou, em outras palavras ainda, entre homem e mundo. Não dicotomiza essas duas dimensões (ibidem).

178

Essa definição nos parece ser melhor explicada no texto **Conscientização e libertação** (1973):

a conscientização, identificada com a ação cultural para a libertação, é o processo pelo qual, na relação sujeito-objeto [...], o sujeito consegue captar criticamente a unidade dialética entre o eu e o objeto. Por isso, reafirmamos que não existe conscientização fora da práxis, fora da teoria-prática. Reafirmamos a unidade da reflexão-ação (idem, p. 179).

Ela é comentada também em **O processo de alfabetização política** (1974):

a conscientização não está baseada sobre uma consciência *aqui* e um mundo *acolá* e não tenta nunca fazer uma tal distinção. Ao contrário, ela é baseada na correlação da consciência e do mundo. [...] A conscientização, que se produz num momento dado, deve prosseguir no momento que segue, no curso do qual a realidade transformada faz aparecer novos perfis (FREIRE, 1981, p. 80).

E reforçada no livro **Os cristãos e a libertação dos oprimidos** (1978):

[...] é preciso sublinhar que a ação através da qual a consciência se transforma não é pura ação, mas sim a ação e a reflexão. Surge daí a unidade entre a prática e a teoria, na qual ambas vão se constituindo, fazendo-se e refazendo-se num movimento permanente que nos leva da prática à teoria e desta a uma nova prática. [...] Exatamente por isto, a práxis teórica só é autêntica na medida em que não se interrompe o movimento dialético entre ela e a práxis subsequente que vai ser realizada num contexto concreto (FREIRE, 1978, p. 16).

Portanto, percebemos aqui que existem, no visar do brasileiro, três formas **falsas** ou **deturpadas** de se compreender a conscientização, a que ele opõe uma visão **correta** de como o conceito e a prática ligada a ele deve ser encarada. Esse modo acertado se refere a um **quarto grupo**, nem objetivista, nem idealista, mas crítico e dialético, do qual a definição acima é retirada, e que em **O processo de alfabetização política** Freire atribui uma “natureza dialogal” (FREIRE, 1981, p. 73). Há, entretanto, um quinto grupo que interpreta a conscientização ou a prática de conscientizar de modo distinto, segundo Freire. Não só distinto como oposto: “é o grupo que considera a conscientização como a *satanização*” (FREIRE, p. 86, *in* TORRES, 2014). Esta “*satanização*” – “[...] ainda que, no fundo, seja sinônimo de comunismo para esta ideologia da dominação” (ibidem) - está relacionada ao fato de que este grupo conhece e compreende o poder da conscientização e, por isso mesmo, vê seus interesses prejudicados ou simplesmente ameaçados. Sendo assim, para Freire, esse grupo manipula a **opinião pública** para atribuir à conscientização um caráter maligno. De modo que é necessário desvelá-lo, desnudá-lo, desmitificá-lo. Parece importante notar que, embora Freire não utilize a expressão, lemos nas entrelinhas que esse grupo pode ser classificado como **classe opressora**, mas algo a esse respeito também é comentado na transcrição de uma entrevista com o recifense no ano de 1973, em Genebra, no qual lemos que a **fonte ideológica** de várias expressões que vão contra a ideia da dialética consciênciamundo é “a pequena burguesia” (idem, p. 174, *aspas no original*), embora Freire não explique essas palavras.

Vemos, dessa maneira, que esta segunda definição do conceito que encontramos no pensamento de Freire, ao contrário do caráter, poderíamos dizer, ontológico (portanto, metafísico, embora isso não signifique de nenhuma maneira um afastamento do contexto social e político) da primeira, tem uma forte conotação social e política, portanto, ideológica (o que não significa também que esteja despregada da concepção ontológica do homem que ele traz da fenomenologia). Essa análise é retomada e atualizada mais tarde, em 1978, no livro **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**.

Ainda nesta mesma palestra, **Desmitificação da conscientização**, encontramos uma terceira definição que nos parece ser exatamente uma síntese da

primeira e da segunda: a conscientização “é um processo humano que se instaura precisamente quando a consciência se torna reflexiva. [...] É um aprofundamento da tomada de consciência” (FREIRE, p. 89, *in* TORRES, 2014). É interessante notar nesse momento que a argumentação que leva Freire a tecer essa terceira definição tem como fundamento a distinção que ele realizara em **Educação e atualidade brasileira**, que tratava dos **níveis** de consciência e que retorna com grande força no sexto capítulo do livro **La naturaleza política de la educación** (1990), publicado inicialmente em Massachusetts, em 1985, sob o título **The politics in education: Culture, Power and Liberation**. A partir, portanto, dessa terceira definição, Freire conclui três aspectos a respeito do conceito que analisamos: 1) a conscientização não pode ocorrer através de uma transferência ou **bancarismo**, mas de atitude lógica diante do mundo que se observa, da visão de mundo que se tem; 2) ela não frutifica no idealismo (consciência isolada), nem no objetivismo (mundo isolado), mas no movimento dialético entre consciência e mundo; 3) o processo conscientizador que desvela o mundo mas não altera a realidade é um processo frustrado.

Para este terceiro aspecto se concretizar, Freire reconhece a necessidade da tomada de posição, da construção ou escolha de uma opinião. Vejamos como ele mesmo o diz, pois essa última conclusão é importante para nossa análise:

A partir do momento em que dizemos que o processo de conscientização implica a prática de transformação da realidade, ou não é conscientização, estamos necessariamente afirmando que esse processo propõe, antes de tudo, uma opção de minha parte. Isso é, tenho que ter uma opção que muitos chamam de ideológica. Ainda que essa palavra não me agrade muito, direi que se eu não tenho essa opção ideológica anterior, a conscientização como esforço de transformação do mundo pode-se [*sic*] frustrar, porque ela deixa de ser um esforço de transformação para *ser* e converte-se em um esforço de manutenção, conforme minha opinião (FREIRE, p. 91, *in* TORRES, 2014, *itálico no original*).

A nosso ver, é aqui que compreendemos a importância da conscientização na obra freiriana, pois esse argumento resumiria o primeiro capítulo de **Pedagogia do oprimido**, que é sua justificativa. Ora, já argumentamos em outros estudos que **Pedagogia do oprimido** tem como objetivo a construção de uma teoria revolucionária que visa fundamentar uma prática transformadora/libertadora. Todavia, somente com a leitura deste outro texto estamos aptos a compreender

concretamente que essa obra se apresenta como uma **opção ideológica anterior** que se estabelece, através do estudo desenvolvido, em **teoria revolucionária** e que, por sua vez, fundamenta a conscientização, considerando que a conscientização vai além da ideia nela mesma e exige, como vimos, a prática transformadora. Notamos, então, que para Freire, é necessário definir muito bem o fundamento teórico da ação, pois “a conscientização como manifestação utópica ou como instrumento dessa utopia tem que ser um quefazer que implica uma opção ideológica de nossa parte do começo ao fim” (idem, p. 94). Não é por acaso que um dos seus livros que trata exclusivamente sobre o tema tem como subtítulo **teoria e prática da libertação**. Para ele, é preciso “definir-se para não pôr a perder a tarefa da conscientização” (ibidem). Ideia que também observamos no texto **Conscientização e libertação**:

Se não ocorre nenhuma transformação radical das estruturas sociais que defina a situação objetiva em que se encontram os camponeses, estes continuam na mesma condição: explorados do mesmo jeito. Pouco importa que alguns deles cheguem a compreender por que sua realidade é como é. Realmente, desmascarar a realidade **sem uma ação de orientação claramente política** diante dessa mesma realidade simplesmente não tem sentido (idem, p. 176, grifo nosso).

A opção ideológica de Freire, portanto, está bastante aparente no que foi dito: a sociedade é dividida entre classe dominadora, que oprime, e classe dominada, que é oprimida.

É também neste texto, **Conscientização e libertação**, que podemos encontrar a quarta definição do conceito. Ela trata o termo **conscientização** de modo estritamente político e sua prática é atribuída **unicamente** ao partido revolucionário. Nesse texto que é uma entrevista, Freire diz que existe um “contexto concreto no qual [as classes oprimidas] se encontram submersas na alienação que constitui sua vida diária: não chegam a tomar consciência de si, no sentido de ‘classe em si’” (idem, p. 177, aspas no original). Ao que o entrevistador questiona: “estaria certo dizer que é exatamente este o papel do partido revolucionário?” (ibidem). A resposta de Freire é exatamente esta outra definição da prática conscientizadora: “em última análise, esta é uma das tarefas fundamentais de

qualquer partido revolucionário que pretenda uma organização consciente das classes oprimidas para que estas superem o plano da ‘classe em si’ e atinjam o de ‘classe para si’” (idem, p. 178, aspas no original).

Contudo, Freire reconhece aí um problema complicado de se resolver, um impasse, pois para que se tenha uma **consciência revolucionária** é preciso uma **práxis revolucionária**, mas essa **práxis** implica (portanto, necessita, requer necessariamente) consciência de classe. Para ele, esse problema é resolvido por Marx em **A Sagrada Família**. A nosso ver, a existência deste problema é mais um reconhecimento da presença e da importância da liderança social (que Freire chama **revolucionária**²).

Uma sexta definição encontramos no texto **O processo de alfabetização política** que compõe o livro **Ação cultural para a liberdade**. Ali o recifense nos diz que “*conscientização* – [é] o nome que eu dou ao processo pelo qual os homens se preparam eles próprios para inserir-se de modo crítico numa ação de transformação” (FREIRE, 1981, p. 77, itálico no original). Pouco antes, nesse mesmo texto, Freire nos diz também o que ele entende por **educação libertadora** que, nos parece, é utilizado por ele como um sinônimo de **conscientização**. Vejamos como ele o diz:

Nós devemos ultrapassar este tipo de educação [“como pura transferência”] e substituí-lo por outro tipo no qual conhecer a realidade e transformar a realidade serão questões recíprocas. Desta maneira, a educação em vista duma libertação, enquanto práxis autêntica, é simultaneamente um ato de conhecimento e um método para a transformação que os homens devem exercer sobre a realidade que procuram conhecer (idem, p. 75).

Ora, percebe-se que em oposição à educação bancária, baseada na transferência, o autor propõe um novo tipo de fazer educativo ou de ação educadora que tem como fundamento não só o conhecimento da realidade como também a sua transformação. E não é exatamente isso que as definições do conceito **conscientização** que temos apresentado até o momento nos ensinam? De que conhecer e transformar são lados de uma mesma moeda, ocorrem dialeticamente, na experiência crítica? Desse modo, acreditamos que educação libertadora,

² Conferir nosso estudo sobre o tema: **Ortega y Gasset e Paulo Freire, aproximações possíveis no conceito de liderança social** (*Prometeus Filosofia*. Sergipe: UFS, ano 10, n. 23, p. 232 – 249, 2017).

conscientização e alfabetização política aparecem no pensamento de Freire como sinônimos. Sobre este último termo, o recifense diz o seguinte: “o processo de alfabetização política [...] pode servir quer à domesticação quer à libertação dos homens. No primeiro caso, de nenhuma maneira o exercício de conscientização é possível; no segundo, é ele próprio a conscientização” (FREIRE, 1981, p. 80; 1979, p. 16; 1990, p. 85).

Encontramos também no livro **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**, sob o qual já comentamos, uma outra definição do conceito – que em nossa conta, é a sétima - e que se assemelha àquela que identificamos no texto **Conscientização e libertação** e que traz para si um forte caráter político:

a conscientização³, associada ou não ao processo de alfabetização (pouco importa), não pode ser um “blá-blá-blá” alienante, mas sim um esforço crítico de pôr a claro a realidade, o que implica, necessariamente, um compromisso político. Não existe conscientização se a prática não nos leva à ação consciente dos oprimidos como classe social explorada na luta pela sua libertação (FREIRE, 1978, p. 17, parênteses e aspas no original).

Uma oitava definição é a que podemos ler no livro **Conscientização: teoria e prática da revolução** e que aparece também em alguns dos textos analisados neste item, mas que, depois das definições apresentadas, nos parece ser melhor compreensível sendo apresentada neste momento. Ali Paulo Freire diz que “[...] a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os sujeitos criem sua existência com um material que a vida lhes oferece” (FREIRE, 1979, p. 15). O mesmo pensamento encontramos em um pequeno e desconhecido texto intitulado **La historia es posibilidad**. Sabemos, portanto, que esse **compromisso histórico** não se dá apartado de uma ação dialética da **práxis** (teoria e prática), nem também do compromisso político da classe oprimida na busca pela própria libertação. Essa ideia está de acordo com o que ele chama de “vocação ontológica do homem” (idem, p. 16) e que é a vocação de ser sujeito - o que em outros momentos ele chamaria ambigualmente de **ser mais**. Isso nos lembra o seguinte comentário de Ortega nas

³ Como o livro foi publicado em Lisboa, o termo conscientização aparece no livro como “consciencialização”

Meditaciones del Quijote: “o ato especificamente cultural é o criador, aquele em que extraímos o *logos* de algo que todavia era insignificante (*i-logico*). A cultura adquirida só tem valor como instrumento e arma de novas conquistas” (ORTEGA Y GASSET, 1997, p. 321, parênteses no original).

No livro **La naturaleza política de la educación**, sobre o qual já comentamos, encontramos uma definição do conceito bastante interessante e que nos remete à reflexão sobre os níveis de consciência que Freire havia realizado em **Educação e atualidade brasileira**. Nesse livro lemos que “a conscientização é uma defesa frente a outra ameaça: uma mistificação potencial da tecnologia que a nova sociedade necessita para transformar atrasadas estruturas” (FREIRE, 1990, p. 106). Ora, percebemos, então, que em acordo com as outras definições que temos encontrado em diversos textos, muito mais do que somente uma questão de alfabetização política, ou pós-alfabetização, a conscientização toma um caráter ativo na sociedade, agindo não só sobre a consciência transitivo-ingênua com finalidades de ajudá-la a criticizar-se, mas também sobre a própria consciência transitivo-crítica, como uma espécie de antivírus que impediria o problema da mistificação, ou das interpretações mágicas do mundo. Nesse caso, especificamente, como podemos ler nos parágrafos precedentes do livro em questão, a **nova sociedade** a que Freire se refere é aquela na qual se instaurou a sua almejada realidade revolucionária. Portanto, a transitividade da consciência de ingênua para crítica, por si só, é incapaz de manter o homem no caminho de sua vocação (de ser sujeito), de modo que é necessário que a educação, ou a conscientização, continue a exercer influência sobre ela. É interessante notar que, para além do que foi dito em **Educação e atualidade brasileira**, Freire reconhece neste texto de 1990 que a assistencialização evolui para englobar também os avanços tecnológicos que, ele entende, muitas vezes limitam a capacidade de decisão, a partir de um olhar da produção e do lucro, senão implícito e velado em **Pedagogia do oprimido**, explícito neste livro.

Neste ponto de nossa pesquisa, podemos então dizer que conseguimos extrair ao menos nove definições do conceito de **conscientização** de obras menos conhecidas de Freire e que estas definições muito nos ajudam a acercarmos de modo mais crítico seu pensamento e principalmente do discurso presente em

Pedagogia do oprimido, seu livro mais conhecido e no qual sua reflexão aparece de modo mais sistematizado e completo. Agora nos resta terminar fazendo uma breve análise de tudo o que foi dito até agora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos por fazer uma síntese destas definições do conceito de conscientização, que por vezes aparece também como sinônimo de **educação libertadora**: a) o homem é consciência de si e de sua realidade, b) o homem está no mundo, é histórico, portanto encontra-se numa situação espaço-temporal na qual encontra outros homens, c) essa relação não pode ser separada (objetividade-subjetividade), mas se dá de modo dialético, d) e o trabalho da conscientização tem de voltar-se para a transformação da realidade, que significa no pensamento de Freire engajar-se na luta política pela libertação dos oprimidos enquanto classe social.

A partir deste resumo, procuramos agrupar em torno de quatro ideias comuns os diversos significados que encontramos nos textos de Freire que elegemos nesta pesquisa. Podemos perceber, então, que existem dois pilares fundamentais para que o autor apresente e construa o significado de **conscientização** em suas diversas vertentes, sendo as nove definições que citamos representativas dessa multiplicidade de modos de expressão do mesmo conceito. Destes pilares, um deles parece profícuo na interpretação dos problemas de nossos dias e confere, a nosso ver, longevidade às propostas educacionais, políticas e até antropológicas de Freire, permitindo que possamos continuar a ler suas obras para buscar nelas possíveis respostas para os desafios que enfrentamos em nosso tempo. O outro, no entanto, é o que há de mais questionável na obra do educador e, em nossa perspectiva, é a maior fonte de preconceitos e desentendimentos no que diz respeito à pedagogia de Paulo Freire, pois a transforma em uma reflexão anacrônica, fora do contexto atual. Em lógica, poderíamos dizer que é um argumento inválido, pois a premissa é mais discutível que a própria conclusão. Estes pilares fundamentais são, respectivamente, a fenomenologia e o marxismo.

Nos parece bastante claro que nenhum estudioso do campo das ciências humanas pode ignorar a contribuição da fenomenologia para a compreensão do homem e sua relação com o mundo. Ainda que alguns venham a argumentar que o termo **consciência** está ultrapassado, ainda há muito debate a ser feito antes que nos decidamos por deixar de lado a problemática husserliana e suas ramificações na fenomenologia existencial. Hoje, ao contrário dos gregos e dos modernos, e também de Kant, que merece uma categoria separada, compreendemos que objetividade e subjetividade são aspectos ontologicamente indivisíveis e que nenhum processo de libertação humana, compreendida aqui como rompimento dos grilhões da ignorância na busca por autonomia, pode ser bem-sucedida se o homem ignora que é um ser no mundo, que este mundo altera a percepção do sujeito e que o próprio sujeito altera o mundo com suas ações. Isso nos ensinou a fenomenologia e Paulo Freire soube como ninguém discutir os problemas nacionais na política e na educação a partir deste ensinamento. E é exatamente por assumir esta complexa e fértil sofisticação filosófica, que o pensamento de Freire não morre, que se mantém sempre atual, pois fala de uma compreensão do homem exclusiva de nosso tempo e ainda longe de ser alterada.

No entanto, ao submeter essa concepção antropológica ao maniqueísmo grosseiro do marxismo, o que antes era terreno fértil de reflexão e aplicação prática se transforma em polêmica, desconfiança e mesmo fragilidade argumentativa. Não repetiremos as infundáveis críticas feitas à teoria social marxista nos últimos cento e cinquenta e poucos anos, muitas delas tão diretas e contundentes que é difícil acreditar que ainda existam adeptos desta concepção em nossos dias. A escola de Frankfurt, cujo intelectual mais destacado é Habermas, ele próprio um marxista convicto na juventude, já apresentou diversos elementos de atualização dessa corrente de pensamento, reconhecendo que sem as críticas necessárias, em sua essência a argumentação marxista não faz mais sentido na atualidade. O mesmo se pode dizer no tema que estudamos neste artigo: se a conscientização é libertação e libertar-se é reconhecer-se no meio de uma guerra entre dominadores e dominados, opressores e oprimidos, aquela rica antropologia fenomenológica se reduz a um jogo político e social extremamente questionável. Porque reduzir uma concepção filosófica de grande amplitude e fertilidade à uma concepção ultrapassada de

sociedade? Não seria possível o contrário? Porque submeter as distintas e autônomas esferas sociais a uma única explicação política nessa dicotomia pobre de infraestrutura e superestrutura? Em que sua reflexão perderia se seu discurso político fosse menos radical e simplista?

Paulo Freire tinha suas razões e para compreendê-las é preciso, em primeiro lugar, considerar o ambiente histórico, cultural e espaço-temporal em que viveu. Dizer isso, todavia, não nos impede de avaliar sua posição. Pelo contrário, nos dá a capacidade que ele próprio não podia ter, de olhar para seus escritos de uma perspectiva mais ampla. Isso significa que podemos extrair de suas obras aquilo que há de mais importante e deixar de lado o que nos induz ao erro. Ao contrário do que pensam muitos - na falta de um vocábulo mais significativo - **fiéis** do pensamento de Freire, esse olhar crítico necessário alça sua reflexão para um patamar mais elevado, o transmuta de raiz para fruto. Conscientização, como vimos, é criação, é novidade, é alteração e alteridade. A liberdade é ativa, poética, e não passiva, repetitiva, mantenedora de uma imagem, romântica.

Antes de terminar, é preciso dizer ainda o seguinte: o fato de termos escolhido estas definições, que, como dissemos no início deste trabalho, não são excludentes, mas complementares, não significa que elas esgotam a compreensão do conceito na obra de Freire. Entretanto, estas nos pareceram interessantes principalmente por estarem em textos pouco conhecidos e reforçarem o que podemos encontrar em **Pedagogia do oprimido** e **Pedagogia da autonomia**, por exemplo, obras que são amplamente estudadas.

Alguns estudiosos do pensamento freireano também comentaram sobre sua compreensão do termo que analisamos. Escolhemos, a título de exemplo, dois dos mais representativos e que são de autores reconhecidamente **freireanos**. O primeiro deles está presente no pequeno texto dedicado ao conceito no **Dicionário Paulo Freire**. A análise, bastante rápida e superficial, diga-se de passagem, ficou a cargo de Ana Lúcia Souza de Freitas e se concentra, basicamente, no reconhecimento de três momentos distintos em que o conceito é empregado (STRECK, 2016, p. 107). Para ela, o primeiro deles é a utilização do termo como significando a finalidade da educação; o segundo, principalmente nos anos 70, marca o momento em que Freire reflete sobre a falta e a deturpação de seu significado; e o terceiro é quando o

recifense o atualiza em **Pedagogia da autonomia** ao se referir ao contexto neoliberal, reforçando que a prática educativa tem uma natureza política. O segundo comentário é feito por Carlos Alberto Torres no primeiro capítulo do livro **Diálogo e práxis educativa**. Embora retiremos de lá essa referência, a autoria do comentário é de Julio Barreiro e está presente em seu livro **Educación popular y proceso de conscientización**. Eis como Torres o apresenta:

1. “... la concientización como descubrimiento de la dimensión de la persona y como compromiso con sus consecuencias”;
2. “... la concientización como conquista de la consciencia transitivo crítica a lo largo de una escala progresiva de descubrimientos relacionales”;
3. “... la concientización como pasaje de la consciencia oprimida hacia la consciencia de opresión”;
4. “... la concientización como emergencia de la existencia oprimida hacia la consciencia del oprimido” (BARREIRO *apud* TORRES, 2014, p. 36).

Finalmente, podemos dizer que o estudo empreendido neste artigo tinha como objetivo mapear a utilização e a significação do termo **conscientização** em alguns dos textos de Freire de modo bastante geral, mas confiando que o conceito segue uma mesma linha lógica e não varia em sua essência.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p. (Coleção “O mundo, hoje”, v. 10).

_____. Conscientização e libertação: conversa com Paulo Freire. *In.*: TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa**: uma leitura crítica de Paulo Freire. Trad. Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 171 – 182.

_____. **Conscientização**, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Melo e Silva. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. 53 p.

_____. Conscientizar para libertar: noções sobre a palavra conscientização. *In.*: TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa**: uma leitura crítica de Paulo Freire. Trad. Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 73 – 82.

_____. **La naturaleza política de la educación.** Trad. Silvia Horvath. Barcelona: 1990. 208 p.

_____. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos.** Lisboa: Edições Base, 1978, 49 p.

ORTEGA Y GASSET, José. **Obras Completas.** Madrid: Alianza, 1997.

STRECK, Danilo R.; *et al.* **Dicionário Paulo Freire.** São Paulo: Autêntica, 2016. 442 p.

TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa: uma leitura crítica de Paulo Freire.** Trad. Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 342 p.